



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR
Vol. XVI (2015)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Contribuição para uma demografia do Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1774–1821

Marcia Eliane A. S. Mello 

Como Citar | How to Cite

Mello, Marcia Eliane A. S. 2015. «Contribuição para uma demografia do Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1774–1821». *Anais de História de Além-Mar* XVI: 227-253.

<https://doi.org/10.57759/aham2015.36682>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores

Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal

<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2015. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2015. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).

The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

Contribuição para uma demografia do Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1774–1821*

Marcia Eliane A. S. Mello**

Anais de História de Além-Mar XVI (2015): 227–253. ISSN 0874-9671

Resumo

O presente ensaio centra-se na evolução populacional das capitânicas do Pará, Maranhão e Rio Negro, no período de 1774 a 1821. O suporte empírico assenta essencialmente nos diversos «mapas estatísticos da população» ordenados pela Coroa portuguesa, na sua maioria ainda inéditos. A partir de uma discussão das fontes aprofunda-se a composição social, a relação de masculinidade e as estruturas etárias desta população em diversos anos. O trabalho pretende contribuir para uma nova perspectiva relativamente às dinâmicas populacionais da região.

Palavras-chave: Amazônia colonial, demografia histórica, mapas estatísticos.

Data de submissão: 04/08/2015

Data de aprovação: 18/12/2015

Abstract

This essay aims to analyse the demography of Estado do Grão-Pará e Maranhão, from 1774 till 1821. It is based on several census requested by the Portuguese Crown, which are mostly unpublished. They present the evolution of the population from the captaincies of Pará, Maranhão e Rio Negro. Through the comparative observation of the data, we aim to study, among other aspects, the social composition, the sex ration and the age structures of this population on several years. We will give a new perspective to the studies about the local dynamic of the population.

Keywords: colonial Amazon, historical demography, statistical maps.

Date of submission: 04/08/2015

Date of approval: 18/12/2015

* O presente artigo resulta de uma versão mais apurada das análises que foram apresentadas preliminarmente no I International Workshop. The demography of the Portuguese empire. sources, methods and results (1776–1822), ocorrido em Lisboa em Setembro de 2014. Agradeço a leitura e sugestões críticas do Prof. Doutor Paulo Teodoro de Matos, que tem estimulado a renovação dos estudos demográficos coloniais, em particular as pesquisas nas capitânicas do Norte do Brasil.

** Universidade Federal do Amazonas, Brazil. E-mail: marciamello64@yahoo.com.br

Contribuição para uma demografia do Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1774-1821

Marcia Eliane A. S. Mello

Introdução

Em 2005, numa reflexão crítica sobre a produção científica no campo da demografia histórica no Brasil, Carlos Bacellar e Ana Silvia Scott destacaram a carência de trabalhos dedicados à análise demográfica no passado em contraste com a crescente demanda de estudos sobre a população atual. Ressaltaram, também, que o perfil historiográfico estava centrado em estudos no âmbito da história da população ou da família em detrimento de análises demográficas propriamente ditas¹. Quase dez anos depois, o cenário historiográfico brasileiro pouco se alterou. Por outro lado as considerações sobre o insuficiente uso dos recursos teórico-metodológicos da demografia pelos historiadores, apontado por aqueles autores, ainda continuam presentes nas escassas análises de dados demográficos contida na documentação histórica.

Nos últimos dez anos, os estudos sobre a Amazônia colonial portuguesa cresceram significativamente. Todavia, no caso da demografia histórica ainda são necessárias mais investigações de caráter empírico que possam servir de base segura para as novas análises. A inexistência de dados simples — como o tamanho real da população — remetem alguns estudos para estimativas populacionais equivocadas². Esta realidade invalida de certa forma várias leituras sobre a dinâmica populacional desse espaço ultramarino português. O presente trabalho busca sanar alguns destes problemas, apresentando uma pesquisa sólida e ancorada em fontes primárias, na sua maioria, inéditas.

Considerando, deste modo, as observações críticas assinaladas e os raros estudos sobre a população colonial na região norte, este artigo pretende contribuir para uma abordagem de caráter demográfico estabelecida no

¹ Carlos de Almeida Prado BACELLAR, Ana Silva Volpi SCOTT, Maria Silvia Casagrande Beozzo BASSANEZI, «Quarenta anos de demografia histórica», *Revista brasileira de estudos de população*, São Paulo, v. 22, n.º 2, (2005), pp. 339–50.

² É o caso, por exemplo, do uso indiscriminado de um «mapa de cabeças de família» de 1778, referente a capitania do Pará e Rio Negro, no qual não estão inclusos os índios aldeados. O total da população do Pará apontado por alguns pesquisadores a partir desse mapa não só é subestimado, como apresenta um inverídico indicador do perfil de seus habitantes.

exame de diversos mapas estatísticos da população, ordenados pela Coroa portuguesa na segunda metade do século XVIII. Ainda que algumas destas fontes sejam conhecidas pelos historiadores — sendo utilizadas em trabalhos exclusivos sobre a população indígena, no Rio Negro, ou da cativa, no Maranhão³ —, ainda carecemos de um estudo mais amplo que comporte análises sobre a população do Estado do Grão-Pará e Maranhão como um todo, e não somente a respeito de determinados grupos sociais confinados a espaços geográficos específicos.

Desta feita, numa preliminar observação comparada dos dados pesquisados, visamos analisar a dinâmica populacional em espaços geográficos que possuem características semelhantes no que diz respeito à sua historicidade mas, ao mesmo tempo, distintas no tocante às realidades econômicas, e que influenciam a dinâmica das populações indígena e cativa. Optou-se por concentrar o presente estudo em três capitanias: Pará, Rio Negro e Maranhão, conferindo menor atenção aos dados do Piauí pelos motivos abaixo expostos.

Faz-se necessário, nesta breve introdução, situar o leitor quanto a algumas condicionantes históricas e político-administrativas relativas ao Estado do Maranhão e Grão-Pará. É importante salientar que, desde a sua criação, no século XVII, até a adesão à Independência (1823), este foi Estado independente do Brasil, subordinando-se diretamente ao Reino.

Durante o ministério pombalino a região sofreu alguns reordenamentos administrativos e espaciais. Em 1751 foi extinto o *Estado do Maranhão e Grão-Pará* e criado o Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede administrativa em Belém, confirmando, dessa forma, a crescente preponderância da capitania do Pará sobre as demais capitanias existentes, particularmente a do Maranhão. Em 1754, foram extintas as capitanias hereditárias no Estado, passando o Estado a ser composto apenas pelas capitanias reais do Pará, Maranhão Piauí e Rio Negro. Entre 1772 e 1774 ocorre um novo desmembramento criando-se dois espaços distintos, o Estado do Grão-Pará e Rio Negro e o Estado do Maranhão e Piauí, ambos subordinados à Metrópole⁴.

³ Maria Regina Celestino ALMEIDA, *Os Vassallos d'El Rey nos Confins da Amazônia — A Colonização da Amazônia Ocidental — 1750-1798*, dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1990; Patrícia Kauffmann Fidalgo Cardoso da SILVEIRA, Tarantini Pereira FREIRE, «O tráfico transatlântico de escravos para o Maranhão: organização e distinções (séculos XVII-XVIII)», *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial*, Belém (Brasil), 2012.

⁴ Fabiano Vilaça dos SANTOS, *O governo das conquistas do Norte*, São Paulo, Annablume, 2011, pp. 39-40.

A dinâmica de povoamento colonial foi diferenciada na região⁵. Durante o período do Regimento das Missões (1686–1755), o território que ficou depois conhecido por capitania do Rio Negro (atual Amazonas) não podia possuir povoações com moradores brancos, mas apenas aldeamentos de índios supervisionados por alguns missionários, no quadro das «missões»⁶. Só depois da criação da capitania, em 1755, foram surgindo os primeiros núcleos urbanos (vilas e lugares), ainda assim maioritariamente constituídos por uma população indígena, o que influenciou de sobremaneira a sua demografia⁷. Isto se observa claramente nos censos da capitania, onde se detecta uma forte desproporção entre as populações de índios, livres e cativos.

A partir de meados do século XVIII as capitanias do Pará e do Maranhão, mais desenvolvidas economicamente, tornam-se centros atrativos para emigrantes, com um fluxo constante de reinóis e pessoas de outras partes do Brasil interessados no comércio e na agroindústria exportadora que se estabelecia naquele período. Com o fim da escravidão indígena, e a partir da criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755), estas capitanias passaram a receber uma quantidade maior de cativos africanos.

As fontes disponíveis e os desafios de análise

Os mapas estatísticos da população respeitantes à região delimitada neste estudo encontram-se dispersos em vários arquivos em Portugal, como o Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) e a Biblioteca Pública Municipal do Porto e, no Brasil, no Arquivo Público do Estado do Pará, Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Até ao momento foram reunidos os seguintes mapas de população, divididos *grosso modo* em três categorias: 1) mapas gerais: Maranhão = 12 (1774–1821); Pará = 16 (1764–1816); Rio Negro = 18 (1773–1814) e Piauí = 4 (1762–1787); 2) mapas parciais (que tratam de freguesias individuais): Maranhão = 35 (1798–1804); Pará = 19 (1772–1825)

⁵ Rafael CHAMBOULEYRON, *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640–1706)*, Belém, Editora Açáí, 2010. O autor faz uma excelente análise da dinâmica colonizadora no Pará seiscentista.

⁶ Yllan de MATTOS, «Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 21 de dezembro de 1686: comentário», *Revista 7 Mares*, vol. 1, (2012), p. 112–23.

⁷ Para se ter uma ideia do impacto deste tipo de povoamento, mais de 20 anos depois de extinto o Regimento das Missões, em 1778, o mapa de todos os habitantes do Estado, apontava na capitania do Pará a existência de 53 povoações de índios e somente 19 povoações de brancos, enquanto na capitania do Rio Negro todas as 37 povoações eram consideradas de índios. (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO [AHU], *Conselho Ultramarino*, Pará, Cx. 85, doc. 6940 (Carta do governador do Estado do Pará e Rio Negro João Pereira Caldas, para a rainha, D. Maria I, Pará, 29 de fevereiro de 1780).

e Rio Negro = 14 (1783-1788); 3) mapas específicos sobre população indígena: Maranhão = 5 (1798-1804); Pará = 9 (1774-1794) e Rio Negro = 9 (1762-1792)⁸.

Os mapas gerais de população agregam dados demográficos para toda a capitania num único documento e dividem-se basicamente em dois modelos: a) aqueles que possuem dados sobre a população livre, índia e escrava, agrupados por freguesia, lugares e vilas, com estrutura etária, e ainda com elementos sobre o número de batismos e óbitos ocorridos em cada ano civil⁹; b) os mapas em que os efectivos estão classificados em «brancos», «pretos» e «mulatos», estes últimos identificados como «livres» ou «cativos»¹⁰. A estes numeramentos mais seriados, existem outros que introduzem diferentes elementos como, por exemplo, o cabeça de família, os agregados familiares e os mestiços à soldada e que estão presentes no «Mapa geral da população da capitania do Pará...» de 1797¹¹.

Os mapas parciais possuem duas naturezas: aqueles que tratam especificamente de uma região mais circunscrita como, por exemplo, Macapá ou Rio Branco, ou mesmo uma cidade (Belém), e os que abarcam as freguesias em particular, como, por exemplo, da paróquia do Rio Moju, no Pará (1803). Na sua maioria, incorporam os dados primários idênticos aos que seriam depois agregados aos mapas gerais, mas em escala reduzida.

Por fim considerem-se os mapas específicos sobre população indígena aldeada. Tais estatísticas aportam outros elementos, além da faixa etária e sexo, que não estão presentes nos mapas gerais, como os *principais e oficiais índios*, a distribuição dos índios para o serviço real e dos moradores e, ainda, a repartição dos agregados e dos cativos. Existem, também, outros numeramentos que aportam informações sobre nascimentos, casamentos e mortes «dos índios domésticos».

As diferenças entre os dados contidos nos mapas de população devem-se basicamente a duas normativas expedidas pela Coroa portuguesa, em 1772 e 1797, encaminhadas aos governadores do Estado do Grão-Pará e Maranhão

⁸ Para maiores detalhes sobre o processo de produção e tipologia dos mapas estatísticos populacionais na América portuguesa, *vide*: Paulo Teodoro de MATOS, Paulo Silveira e SOUSA, «A estatística da população na América portuguesa, 1750-1820», *Memórias*, Barranquilla, ano 11, n.º 25, (2015), pp. 73-103.

⁹ As categorias são as seguintes: pessoas livres à exceção dos índios aldeados (sexo e idade); índios aldeados ou estabelecidos em povoações (sexo e idade); escravos (sexo e idade); total geral; total de livres.

¹⁰ Todos divididos por género e grupo etário, casados, solteiros e viúvos, além dos dados sobre o número de batismos, casamentos e mortes.

¹¹ ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO [AN/RJ], códice 99, volume 19.

para a confecção da relação do número de habitantes das capitanias daquele Estado. A primeira ordem foi expedida em 2 de outubro de 1772, instituindo dez agrupamentos de dados¹². A partir desta ordem foram confeccionados três modelos de mapas¹³.

Os modelos de cálculos da população considerados irão vigorar até 1797¹⁴, quando uma nova ordem modifica substancialmente a natureza das informações estatísticas a serem encaminhadas ao Reino¹⁵. A ordem de 21 de outubro de 1797 implicava a introdução de novos elementos. Os habitantes foram classificados em «brancos», «pretos» e «mulatos» («livres» e «cativos»), por sua vez repartidos em solteiros, viúvos e casados. No campo da estrutura etária os efectivos agrupavam-se em grupos decenais com exclusão dos dois primeiros (0–5 e 5–10). Aos movimentos populacionais (nascimentos e óbitos) passavam-se a solicitar também o número de casamentos no decurso do ano civil.

Apesar do significativo conjunto de mapas estatísticos, eles se apresentam muitas vezes sem possibilidades de cobrir uma longa periodização em alguns quesitos. Assim é possível a elaboração de séries mais extensas quando se analisam, por exemplo, os números absolutos de população. Para

¹² Estabeleciam-se as seguintes faixas etárias para a população masculina (0--7; 7--15; 15--60; acima de 60) e feminina (0--7; 7--14; 14--50; acima de 50), e todos os nascimentos e mortes ocorridos no ano.

¹³ 1) «Mapa de todos os habitantes índios, moradores adjuntos, escravos e fogos que existem na freguesia...»; 2) «Mapa de todos os habitantes e fogos presentes na freguesia...» contendo informações dos indivíduos livres e escravos; 3) «Mapa de todos os habitantes que existem nas diferentes freguesias e povoações da capitania», composto das pessoas livres, índios aldeados e escravos. AHU, *Conselho Ultramarino*, Pará, Cx. 70, doc. 6002. (Ofício do governador João Pereira Caldas, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, Pará, 15 de maio de 1773).

¹⁴ Apesar de uma ordem expedida em 21 de maio 1776, que alterava a faixa etária feminina para 14–40 anos, o governador João Pereira Caldas não introduziu esta alteração nos mapas levados a cabo no Pará e Rio Negro mantendo, conseqüentemente, o prescrito no modelo emanado pela ordem de 1772. Cf. AHU, *Conselho Ultramarino*, Pará Cx. 76, doc. 6355 (Ofício do governador João Pereira Caldas, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, Pará, 8 de novembro de 1776).

¹⁵ Eram dez os mapas a serem confeccionados, a saber: 1) dos habitantes que existem na capitania, 2) das ocupações dos mesmos habitantes, 3) dos casamentos anuais, nascimentos e mortes, 4) da importação 5) da exportação 6) das produções da capitania, 7) dos preços correntes dos gêneros, 8) dos navios que entram e saem 9) declarando a povoação, casamentos, nascimentos, mortes dos índios domésticos e 10) uma tabela para se notarem as moléstias e casualidades que deram as ditas mortes. AHU, *Conselho Ultramarino*, Piauí, Cx. 21, doc. 1094 (Ofício do governador do Piauí D. João de Amorim Pereira, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Oeiras do Piauí, 19 de agosto de 1798). Sabemos que o mesmo diploma foi aplicado em várias outras capitanias brasileiras, por exemplo, na Paraíba e Rio Grande do Norte. Cf. Paulo Teodoro de MATOS, «Population censuses in the Portuguese empire, 1750–1820: Research notes», *Romanian Journal of Population Studies*, vol. VII, n.º 1, 2013, pp. 5–26.

além da falta de cobertura para todas as capitanias na periodização adotada¹⁶, quando ocorreu a divisão administrativa do Maranhão e Piauí, os mapas de 1777 e 1787 tiveram sua população cativa e indígena contabilizadas num só total. Neste sentido é possível efectuar algumas análises ao nível da freguesia ou estrutura etária, mas não por raça. Ainda que o mapa de 1787 indique a totalidade dessas categorias, é impossível observá-las ao nível da freguesia. Por este e outros motivos incluem-se neste estudo os dados ao nível global da capitania do Piauí, privilegiando o uso dos elementos mais detalhados das capitanias supracitadas.

As fontes compulsadas, especialmente as decorrentes do aviso régio de 1797, possuem outras particularidades. Para o Maranhão as categorias raciais são divididas em casados, solteiros e viúvos. Porém, enquanto os «solteiros» e «viúvos» se encontram divididos por género, o mesmo não acontece para a população casada. Importa ainda ressaltar que os mapas específicos da população indígena — que tratam dos aldeados em povoações exclusivas de índios ou existentes nas povoações de brancos — não podem ser incorporados numa leitura simplificadora de «população livre». Os índios devem ser observados como uma categoria à parte, considerando suas especificidades, tal como foram distinguidos pelos administradores coloniais nos levantamentos populacionais. É por meio destes mapas específicos que se pode observar, para cada povoação, a distribuição populacional indígena. A historiadora Maria Regina Celestino fazendo uso desses mapas observou movimentos distintos nas regiões ocidentais e orientais da capitania do Rio Negro¹⁷. A autora conclui que a formação dessa população não era resultante somente do crescimento vegetativo, mas sim das deslocções massivas de índios bravos dos «sertões» para povoações sedimentadas em núcleos urbanos.

Dado o volume de informações geradas pelo cruzamento das fontes que foram pesquisadas, bem como a impossibilidade de expor em detalhe todas as análises geradas pelos mapas, optou-se por apresentar os dados tabelados e tecer alguns comentários em destaque. Embora cientes de que muitos outros elementos ficaram por ser analisados, consideramos que as informações aqui apresentadas servirão como suporte a futuras investigações.

¹⁶ Conseguimos dispor de algumas séries para o Pará e Rio Negro (1773-1797) e outra o Maranhão (1798-1804).

¹⁷ M. R. C. ALMEIDA, *op. cit.*, pp. 141-3.

As estruturas demográficas do Estado do Grão-Pará e Maranhão

Em estudo recente, Tarcísio Botelho, ajustando os dados sobre a população brasileira, estabeleceu uma série anual para a população da colônia entre 1720 e 1872. A mesma que servirá de parâmetro para algumas análises aqui apresentadas¹⁸. Cotejando as estimativas da população brasileira realizadas por este autor com os dados compulsados neste artigo, a população da Amazônia colonial representaria cerca de 10 % da população brasileira entre 1774 e 1821. Contudo, ainda que esse percentual regional se tenha mantido constante perante o crescimento da população brasileira, quando observada a evolução da população das capitanias do Estado do Grão-Pará e Maranhão, as variações percentuais apontam para um crescimento mais significativo entre elas.

Tomando por base a década de 1770 é visível um crescimento populacional mais intenso no Pará. Esta tendência vai sendo quebrada no final dos anos 1790, quando na evolução populacional global o Maranhão supera as demais capitanias (Tabela 1). Por sua vez, o Rio Negro apresenta um crescimento moderado na sua população absoluta que poderá ser explicado pela sua composição racial, conforme tratado mais adiante.

Anos	Pará	Rio Negro	Maranhão	Piauí
1774	54 464	10 826	45 660	22 593
1777	53 657	10 952	47 410	26 094
1778	54 914	11 234		
1783	60 798	11 560	-	-
1785	63 162	12 007	-	-
1787	-	-	61 699	37 044
1789	69 740	-	-	-
1797	70 604	14 426	-	-
1798	-	-	78 860	-
1804	-	-	77 336	-
1814	-	15 235	160 000	-
1816	94 125	-	-	-
1821	-	-	15 2634	-

1 Evolução da população por capitanias, 1774–1821

Fontes: A2, A5, A6, A7, A8, A11, A12, B4, B5, B7, C1, C2, C4, C8, C10, C11 (Consultar anexo.)

Considerando a distribuição percentual da população de todas as capitanias examinadas (Tabela 2), observa-se no Pará a diminuição constante do

¹⁸ Tarcísio Rodrigues BOTELHO, «Estimativas de população para o Brasil, séculos XVIII e XIX», *V Jornadas Uruguaias de História Econômica*, Montevideu, 2011, p. 16

peso relativo entre 1774 e 1814, ainda que a sua população tenha crescido ininterruptamente. Em 1814, é notória a diminuição percentual do efetivo global da população de Pará (36,2 %) e de Rio Negro (5,5 %) devido ao fortíssimo incremento do Maranhão. Este vê a sua proporção aumentar sistematicamente (41,2 % em 1774 e 58,3 % em 1814). Isto significa que, apesar de todas as unidades aumentarem o quantitativo de efectivos, parecem existir ritmos internos diferenciados.

	1774	1786	1798	1814
Maranhão	41,2	45,1	48,1	58,3
Pará	49,1	46,1	43,1	36,2
Rio Negro	9,8	8,8	8,8	5,5

2 Repartição dos efectivos por capitânias, 1774-1814 (%)

Pela observação do número de efectivos nos três espaços aqui considerados evidencia-se a significativa dilatação dos habitantes. Com efeito as taxas de crescimento anual médio de cerca de 1,8 % atestam um crescimento muito acelerado da população. Sabemos que este valor é normalmente incompatível com o ritmo de crescimento das sociedades pré-industriais, dado o frágil equilíbrio entre os recursos alimentares e o incremento substancial dos habitantes. Todavia sabemos que o Brasil registava nesta cronologia um crescimento substancial, não só relacionado com expansão agrária, mas também com o continuado afluxo de populações escravas.

A grande surpresa na demografia do Estado do Grão Pará e Maranhão assenta na TCA de 4,5 % para o Maranhão, entre 1797 e 1814, enquanto a população brasileira cresceria, segundo Tarcísio Botelho em 2,24 %¹⁹. Contudo, tomando conjuntamente os valores do Estado do Grão-Pará e Maranhão parecem fazer algum sentido, uma vez que o incremento populacional se situa na ordem dos 2,3 % para 1774-1814.

Um dos fatores que podem ter influenciado este aumento inesperado da TCA no Maranhão e Pará foi o incremento do tráfico negreiro após a extinção da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1778). Um estudo recente para o Maranhão aponta que, entre 1778 e 1802, desembarcaram 35 943 cativos provenientes de África e de outras capitânias do Brasil²⁰.

¹⁹ T. R. BOTELHO, art. cit, p.16.

²⁰ P. K. F. C. SILVEIRA, T.P. FREIRE, art. cit., p.183. Os autores distinguem os dados da seguinte forma: escravos provenientes de portos africanos (24 068); escravos provenientes de portos brasileiros (10 252); escravos vindos de Lisboa (8) e escravos sem identificação da proveniência (1615).

Em contrapartida, observa-se uma evolução populacional mais mitigada na capitania do Rio Negro, onde sucederam, na segunda metade do século XVIII, vários surtos epidémicos devastando a população indígena povoada²¹. Tal circunstância, aliada ao fato de não fazer uso expressivo do cativo africano, justificaria o ritmo inferior de crescimento do Rio Negro face às demais capitanias (TCA de 0,3 % entre 1797 e 1814).

	Taxa de crescimento anual			
	1774/1787	1785/1798	1797/1814	1774/1814
Maranhão	2,5	2,1	4,5	3,2
Pará	1,2	0,9	2,1	1,5
Rio Negro	0,9	1,5	0,3	0,8
Piauí	4,2	1,3	0,7	1,9
TOTAL	1,8	1,5	3,3	2,3

3 Taxas de crescimento anual por capitania, 1774–1814 (%)

No que diz respeito à condição jurídica dos habitantes (livres e não livres), os mapas de população apontam para um crescente aumento da população cativa em todas as capitanias (Tabela 4)²². Tal fato se explica pela crescente demanda de mão de obra escrava, quer no Pará quer no Maranhão, devido ao incremento de produtos para exportação, como o arroz, o cacau, o algodão, o tabaco e o café²³. Contudo, proporcionalmente, o crescimento mais significativo ocorreu na capitania do Maranhão. A sua população cativa em 1774 representava 37,14 % do total e, em 1821, 55,39 % (Tabela 4.1).

Os estudos clássicos de Manuel Dias e António Carreira, versando sobre a entrada de cativos pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755–1778)²⁴, apontam para um fluxo maior de cativos desembarcados no porto do Pará, em contraste com os chegados ao Maranhão²⁵.

²¹ Roberta Sauaia MARTINS, «Do Sarampão as perniciosíssimas bexigas: Epidemias no Grão-Pará Setecentista (1748–1800)», *XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, São Pedro/SP — Brasil, 2014.

²² Como salientamos, anteriormente, os dados da capitania do Piauí são insuficientes para análises mais detalhadas da população, de forma que nos centraremos, daqui por diante, nas capitanias do Pará, Maranhão e Rio Negro.

²³ José Luís Ruiz Peinado ALONSO, «daquele péssimo mocambo» in Rafael Chambouleyron (org.), *T(r)ópicos de história: gente, espaço, tempo na Amazônia (século XVII a XXI)*, Belém, Editora Açai, 2010, p.125.

²⁴ Manuel Nunes DIAS, *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755–1778)*, São Paulo, USP, 1971; António CARREIRA, *As Companhias Pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, Lisboa, Editorial Presença, 1982.

²⁵ Os dados apresentados pelos autores possuem pequenas diferenças entre si, devido à natureza de suas fontes, entretanto, ambos tratam dos escravos trazidos pela Companhia de Comércio. Assim, segundo António Carreira, em 1755–1777 desembarcaram no Pará 13 834 escravos e no Maranhão, 10 815; enquanto Nunes Dias indica que em 1757–1777 desembarcaram no Pará 14 749 escravos e no Maranhão, 10 616.

Isto indicaria, para o período uma certa proeminência do Pará, cujos lucros com a exportação de cacau possibilitaram à Companhia sustentar o tráfico negreiro para a Amazônia portuguesa. Não obstante os esforços de Nunes Dias e Antônio Carreira de compreensão do fluxo de escravos para a região, suas importantes investigações não foram suficientes para se conhecer a dinâmica específica deste contingente populacional. Só recentemente os historiadores passaram a cruzar outros dados, preocupando-se com o perfil demográfico e a origem dos cativos africanos, com o intuito de compreender melhor essa questão. Dentre eles, destacamos o estudo de Bezerra Neto, cujos dados coligidos apontam para o ingresso de 17 627 cativos africanos no Grão-Pará, entre 1756 a 1778, realizados pela Companhia de Comércio ou por outros navios. Por isso seus dados superam os apontados pelos autores anteriores²⁶.

Ainda de acordo com os estudos contemporâneos sobre o ingresso de cativos após a extinção da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, entre 1778 e 1815, teriam desembarcado no Pará 18 933 cativos²⁷ e no Maranhão 58 110 escravos africanos²⁸. Tais estudos não somente corroboram o aumento diferenciado do elemento cativo, observado nestas capitânias (Tabela 4), mas, também demonstram que, a despeito da Companhia de Comércio ter contribuído para o incremento do quantitativo de escravos na região, isso não significou que tenham sido em número suficiente para atender à crescente demanda da lavoura. Este facto explicaria não somente a contínua entrada de cativos após a extinção da Companhia, mas, sobretudo, o seu sensível aumento, em particular no Maranhão onde, no final do século XVIII, houve um significativo desenvolvimento do cultivo de gêneros agrícolas de exportação. Como atestam os mapas de população, o elemento cativo no Maranhão, em 1804, era de 37 645 escravos, aumentando consideravelmente em 1821, para 84 534.

²⁶ José Maia BEZERRA NETO, *Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)*, [2.^a ed. rev. amp] Belém, Paka-tatu, 2012, p. 213.

²⁷ Marley Antônia Silva da SILVA, *A extinção da Companhia de Comércio e o tráfico de africanos para o Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1777-1815)*, dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, 2012, p. 91.

²⁸ Daniel Barros Domingues SILVA, «The Atlantic Slave Trade to Maranhão, 1680-1846», *Routes and Organisation. Slavery & Abolition*, v. 29 (2008), pp. 477-501. Neste estudo não foram computados os escravos provenientes de portos brasileiros, contudo, seus números estão apoiados na base de dados do comércio transatlântico de escravos. Veja-se, também, Herbert S. KLEIN e Francisco Vidal LUNA, «Slavery and the economy in Eighteenth century» in Herbert S. Klein e Francisco Vidal Luna (ed.), *Slavery in Brazil*, Cambridge University Press, 2010, p. 68

Ano	Pará			Rio Negro			Maranhão		
	Livre	Não livre	Total geral	Livre	Não livre	Total geral	Livre	Não livre	Total geral
1774	42 578	11 886	54 464	10 826	222	10 826	28 702	16 958	45 660
1785	48 078	15 084	63 162	11 610	397	12 007	-	-	-
1797	51 018	19 586	70 604	13 790	636	14 426	-	-	-
1798	-	-	-	-	-	-	37 893	36 873	78 860
1804	-	-	-	-	-	-	39 691	37 645	77 336
1814	-	-	-	14 506	729	15 235	-	-	-
1821	-	-	-	-	-	-	68 100	84 534	152 634

4 População segundo a condição jurídica

Para as capitanias da região norte, a condição jurídica, por si só, não é suficiente para compreender as dinâmicas demográficas. Para esse efeito é necessário decompor a condição «livre», que abrange o elemento indígena, para que se possa identificar com maior precisão a constituição do efetivo populacional. Para tanto, num primeiro momento, foi aferida a composição social em três categorias: livre, escravo e índio. A partir dessa divisão, pode-se observar com maior detalhe o peso diferenciado do componente indígena para cada capitania.

Apesar de a população indígena se encontrar presente em todas as capitanias do Estado, ganha maior relevo na do Rio Negro, onde o número de efectivos brancos e negros é diminuto. Apesar disso, observa-se um aumento progressivo destas duas categorias: em 1774, existiam 8,71 % brancos e 2,05 % cativos; em 1797, a população de brancos já correspondia a 10,60 % do total e de cativos a 3,30 % (Tabela 4.1). Esta realidade, de acordo com Patrícia Sampaio, deve ser creditada à conjuntura das demarcações²⁹ ocorridas na região. Neste processo militares e funcionários régios traziam com suas famílias escravos, enquanto a «consolidação do processo de colonização» funcionou como atrativo para o estabelecimento de indivíduos para a região³⁰, o que explicaria o aumento, apontado em 1814, de 20 % de brancos e 4,83 % de cativos.

Ainda nesta amostra, é possível perceber que no conjunto das capitanias, a do Pará apresenta-se como a mais equilibrada entre as categorias descritas, mostrando inclusive uma importante presença indígena em

²⁹ Em particular as ocorridas pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777). Para maiores detalhes Cf. Simeia Maria TORRES, «Definindo fronteiras lusas na Amazônia colonial: o Tratado de Santo Ildefonso (1777–1790)» in Patrícia Melo Sampaio, Regina de Carvalho Erthal (org.), *Rastros da Memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia*, Manaus, EDUA, 2006, pp. 96–132.

³⁰ Patrícia Maria Melo SAMPAIO, *Espelhos partidos. Etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Manaus, Edua/ Fapeam, 2012, p. 75.

termos proporcionais, acima dos 30 %. É possível que o Pará tenha mantido estável a sua população indígena aldeada pela ocorrência dos deslocamentos das populações de índios dos sertões amazônicos como mecanismo de repovoamento.

O Rio Negro apresenta-se como a capitania «atípica» em termos demográficos, como já observado. Todavia, persistem significativas diferenças na representatividade dos índios entre o Pará e o Maranhão. Em termos percentuais, os dados da população indígena no Maranhão indicam uma diminuição, sobretudo porque há um aumento progressivo da parcela cativa (Tabela 4.1). Porém, observa-se em números absolutos que, a despeito do contingente indígena do Maranhão decrescer no final do século XVIII, se apresenta um aumento significativo do seu efectivo em 1821, atingindo-se 9687 indivíduos³¹.

Os diferentes indicadores da população por categoria social remetem-nos para o que Tarcísio Botelho observou em distintas capitanias/províncias brasileiras no seu estudo sobre a população oitocentista. Assim, existiria uma «diversidade regional» que abria «perspectivas para pensar dinâmicas demográficas regionalmente diferenciadas»³². Esta percepção do autor nos incentiva à exploração em detalhe das fontes levantadas, considerando sem temor as especificidades da região.

Por conta da mudança ocorrida nos mapas de população a partir de 1797, somente para o Maranhão foi possível observar as categorias raciais mais precisas (Tabela 4.2). Requer atenção o elevado percentual de pretos

Ano	Pará			Rio Negro			Maranhão		
	Livre	Cativo	Índio	Livre	Cativo	Índio	Livre	Cativo	Índio
1774	43,22	21,83	34,95	8,71	2,05	89,23	49,53	37,14	13,33
1785	42,27	23,88	33,85	8,57	3,30	88,12	-	-	-
1797	38,28	27,74	31,39	10,60	4,00	85,40	-	-	-
1798	-	-	-	-	-	-	48,05	46,75	5,20
1804	-	-	-	-	-	-	47,26	48,68	4,06
1814	-	-	-	20,0	4,83	75,87	-	-	-
1821	-	-	-	-	-	-	38,26	55,39	6,35

4.1. População segundo as categorias sociais dos «mapas» em Pará, Rio Negro e Maranhão, 1774-1821 (%)

³¹ Distribuídos em duas vilas e seis aldeias. Cf. Antônio Bernardino Pereira do LAGO, *Estatística Histórico-geográfica da Província do Maranhão*, São Paulo, Editora Siciliano, 2001, p. 24.

³² Tarcísio Rodrigues BOTELHO, «História da população brasileira: balanços e perspectivas», *Cadernos de História*, vol. 6, n.º 7 (2001), p. 40.

e mulatos e um aumento inesperado da população indígena. A população branca sofreu uma acentuada queda em termos percentuais, sobretudo pelo aumento de mestiços, cujo registro anuncia serem eles «Mulatos quase brancos, Mamelucos que precedem de Branco e Índio, Cafuzos de Mulato e Preto, e Mestiços de Preto e Índio»³³.

Maranhão				
	Índios	Branços	Pretos	Mulatos
1798	5,20	30,77	40,53	23,50
1804	4,83	34,87	36,83	23,47
1821	6,35	15,72	57,17	20,76

4.2. População segundo as categorias sociais dos «mapas» no Maranhão, 1798–1821 (%)

Na repartição da população por gênero e condição social (Tabelas 5.1, 5.2, 5.3), observa-se na população livre e indígena do Pará e Rio Negro uma ligeira maioria de indivíduos do sexo feminino, enquanto no Maranhão o predomínio é, de um modo geral, do sexo masculino. Tal tendência é demonstrada por uma relação de masculinidade (RM) elevada no Maranhão (Tabela 6.1), considerando as condições sociais, com exceção do indígena, para os mapas anteriores a 1821.

	Homem livre	Mulher livre	Homem cativo	Mulher cativa	Homem índio	Mulher índia
1774	11 985 [50,9 %]	11 556 [50,1 %]	7309 [61,49 %]	4577 [38,51 %]	8972 [47,13 %]	10 062 [52,87 %]
1785	13 278 [49,73 %]	13 418 [50,27 %]	8623 [57,17 %]	6461 [42,83 %]	9731 [45,50 %]	11 654 [54,50 %]
1797	11 879 [49,74 %]	12 002 [50,25 %]	11 437 [58,40 %]	8149 [41,60 %]	10 518 [47,46 %]	11 641 [52,54 %]

5 Relação de sexo por condição social

5.1. Capitania do Pará, 1774–1797

³³ AHU, *Conselho Ultramarino*, Pará, Cx.125. doc. 9416 (Ofício do governador D. Rodrigo de Sousa Coutinho, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. João Rodrigues de Sá e Melo, São Luís Maranhão, 09 de outubro de 1802).

	Homem livre	Mulher livre	Homem cativo	Mulher cativa	Homem índio	Mulher índia
1774	468 [49,63 %]	472 [50,37 %]	110 [49,55 %]	112 [50,45 %]	4919 [50,91 %]	4742 [49,09 %]
1785	495 [47,13 %]	536 [52,87 %]	211 [53,15 %]	186 [46,85 %]	5109 [48,28 %]	5472 [51,72 %]
1797	722 [47,81 %]	788 [52,19 %]	385 [60,54 %]	251 [39,46 %]	6005 [49,90 %]	6275 [50,10 %]

5.2. Capitania do Rio Negro, 1774-1797

Maranhão	Homem livre	Mulher livre	Homem cativo	Mulher cativa	Homem índio	Mulher índia
1774	11 476 [50,75 %]	11 139 [49,25 %]	9089 [53,60 %]	7869 [46,40 %]	2957 [48,58 %]	3130 [51,42 %]
1821	30 509 [52,24 %]	27 893 [47,76 %]	46 686 [55,22 %]	37 848 [44,77 %]	5118 [52,83 %]	4569 [47,17 %]

5.3. Capitania do Maranhão, 1774-1821

	Pará	Rio Negro	Maranhão
1774	107,90	103,21	106,25
1785	100,31	93,88	-
1797	94,54	97,23	-
1798	-	-	118,12
1804	-	-	115,98
1821	-	-	117,07

6 Relação de masculinidade nas capitanias, 1774-1821

No Maranhão a relação de masculinidade atinge um patamar acima de 100, variando em termos globais, entre 106,25 a 118,12, durante todo o período analisado (Tabela 6) . Isto significa que tende a existir uma clara supremacia do elemento masculino. No Pará e Rio Negro, após se manter um patamar elevado, em 1774, de 107,90 e 103,21, respectivamente, observa-se uma tendência descendente, variando entre 93,88 a 97,23.

Respeitante à relação de masculinidade e às categorias sociais, observa-se que o elemento cativo apresenta elevado índice em todas as capitanias (Tabela 6.1). Esta constatação é perfeitamente justificável para o Pará, principalmente, no Maranhão neste período, cuja necessidade de homens cativos aumentou por causa do desenvolvimento da lavoura do arroz e, sobretudo,

do algodão³⁴. Entretanto esta realidade não é aplicável ao Rio Negro, cujo desenvolvimento econômico não estava tão assente em plantações voltadas para exportação. Mesmo assim, as razões de sexo dos cativos do Pará e Rio Negro são as mais elevadas, chegando a 159,68 no Pará (1774) e 153,38 no Rio Negro (1797).

	Pará			Rio Negro			Maranhão		
	Livre	Cativo	Índio	Livre	Cativo	Índio	Livre	Cativo	Índio
1774	103,71	159,68	89,16	99,15	98,21	103,73	103,02	115,50	94,47
1785	98,95	133,46	83,49	92,35	113,44	93,36			
1797	64,65	140,34	90,35	91,62	153,38	95,69			
1798							111,03	128,84	96,35
1804							108,51	130,66	92,76
1821							109,37	123,35	112,01

6.1. Relação de masculinidade segundo as categorias sociais dos «mapas» em Pará, Rio Negro e Maranhão, 1774–1821

A informação providenciada pelos mapas estatísticos da população permite tecer alguns comentários preliminares quanto à distribuição etária dos efectivos. Na observação dos grupos atestamos um grande percentual de população jovem em todas as capitanias (Tabela 7.1). A faixa dos 0–7 anos corresponde quase sempre a mais de 20 do total da população no Maranhão e Pará; porém, no Rio Negro, esse intervalo etário supera os 30 em 1785 e 1797. E, se considerado o grupo 7–15 anos, o percentual de jovens oscilará entre cerca de 40 (Pará e Maranhão) e 50 (Rio Negro) da população total.

Os dados apresentados compreendem o período em que está em vigência o Diretório Pombalino (1757–1798), que alterou significativamente a arrematamento da força de trabalho indígena³⁵ e introduziu expressivo contingente de cativos africanos. O que resulta então é que, em 1774, a população global adulta e apta ao trabalho, entre os 14 e 60 anos, correspondia a cerca de 45 % e 53 % do total das capitanias do Maranhão e Pará, respectivamente. Contudo, o Rio Negro que inicialmente seguia a tendência das demais capitanias — cerca de 52 % de adultos em 1774 —, sofre uma queda para 44 % da população adulta, em 1785 e volta a atingir 52 % em 1814.

³⁴ Francisco Benedito da Costa BARBOSA, «Relações de Produção na Agricultura: algodão no Maranhão (1760 a 1888) e café em São Paulo (1886 a 1929)», *Agricultura São Paulo*, São Paulo, vol. 52, n.º 2, (2005), p. 17–27.

³⁵ Ângela DOMINGUES, *quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil durante a segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.

Capitanias	Distribuição etária masculina				Distribuição etária feminina			
	0-7	7-15	15-60	60+	0-7	7-14	14-50	50+
Pará								
1774	6459	4643	15 349	1763	6066	3642	13 567	2799
1785	7865	5455	16 227	2026	7793	5189	14 825	3632
Rio Negro								
1774	1351	840	2943	317	1242	740	2744	534
1785	2077	968	2459	250	1888	1109	2801	336
1797	2559	1276	2943	320	2148	1099	3530	514
1814	1555	1618	3852	355	1556	1444	4114	718
Maranhão								
1774	5869	3907	12 061	1648	6054	3557	10 413	2089

7 Grupos etários

7.1. Distribuição Etária por sexo — Total das capitanias

A análise da estruturação etária entre livres, indígenas e cativos permite aprofundar o perfil da população adulta nas três unidades territoriais em estudo. Como sabemos o elemento indígena teve forte predomínio na capitania do Rio Negro. Contudo, após um leve declínio da população adulta, em 1785 e 1797, esta volta a crescer na centúria seguinte (Tabela 7.2). Por outro lado, o Pará, em igual período, manteve a população indígena adulta em dilatação. No entanto chega mesmo a apresentar, em 1774 e 1785, uma expressiva população de 1418 e 1200 índias na faixa etária feminina acima de 50 anos (representa 14 % e 10 %, respectivamente, do efetivo feminino). Ainda no Maranhão, em 1774, a população indígena adulta concentrava 53 % do total, em contraste com o Pará em igual período (47 %).

Capitanias	Distribuição etária masculina				Distribuição etária Feminina			
	1-7	7-15	15-60	60+	1-7	7-14	14-50	50+
Pará								
1774	2471	1593	4153	719	2278	1370	4893	1418
1785	2880	1742	4400	658	3081	2144	5149	1200
1797	3457	1967	4441	572	3265	1715	5575	957
Rio Negro								
1774	1197	749	2637	292	1086	644	2444	502
1785	1853	869	2104	225	1656	995	2441	320
1797	2120	1107	2487	277	1799	959	1915	475
1814	1075	1184	2920	273	1139	1017	3200	627
Maranhão								
1774	688	526	1570	167	762	424	1668	269

7.2. Distribuição etária por sexo — População indígena por Capitanias

Capitanias	Distribuição etária masculina				Distribuição etária Feminina			
	1-7	7-15	15-60	60+	1-7	7-14	14-50	50+
Pará								
1774	2849	2075	6400	648	2687	1691	6058	1106
1785	3489	2446	6293	1045	3364	2178	6508	1357
Rio Negro								
1774	137	75	233	21	132	84	229	26
1785	177	74	217	24	174	95	252	15
1797	262	300	120	40	246	109	402	31
1814	447	352	688	68	367	372	698	79
Maranhão								
1774	2930	2175	5429	925	2966	1981	5055	1126

7.3. Distribuição etária por sexo — Efectivos livres por capitanias

A análise da informação evidencia a grande expressão dos adultos livres no Pará e Maranhão, notando-se inclusive um número não desprezível no topo da pirâmide etária, acima de 50 anos. No Rio Negro, onde os elementos livres são escassos, podemos observar que o elemento adulto masculino se mantém ligeiramente acima do feminino; entretanto, em 1797, ocorre um aumento inesperado do número das mulheres adultas (420), para o qual não se encontra explicação no presente estágio de investigação.

Ao contrário do que se tem asseverado a historiografia, até recentemente não houve declínio do tráfico de cativos africanos para o Pará pós-1778. De acordo com Bezerra Neto, a média anual manteve-se em 816 cativos, entre 1778 e 1800, e na viragem do século, entre 1801 e 1810, a média a subiu para 1092 cativos³⁶. Tal incremento dos cativos já foi apontado, totalizando 27,74 % da população do Pará em 1797 (Tabela 4.1).

Pela distribuição etária podemos evidenciar melhor o perfil dos cativos no Pará (Tabela 7.4), que se concentrava fortemente no elemento adulto, predominantemente masculino. O mesmo ocorria no Maranhão. Esta realidade contrastava com a do Rio Negro onde a distribuição por género era mais equilibrada. Talvez porque o elemento cativo tivesse outra utilidade econômica nesta divisão político-administrativa os escravos seriam aproveitados em outras atividades, e não somente em lavouras, como nas demais capitanias agroexportadoras.

Destaca-se no Pará, em 1797, um relativo aumento do elemento cativo de 0-7 anos, representando 22 % da população escrava, em contraste com os cerca de 18% observados para 1774 e 1785. Estes dados podem assinalar

³⁶ J. M. BEZERRA NETO, op. cit., p. 204.

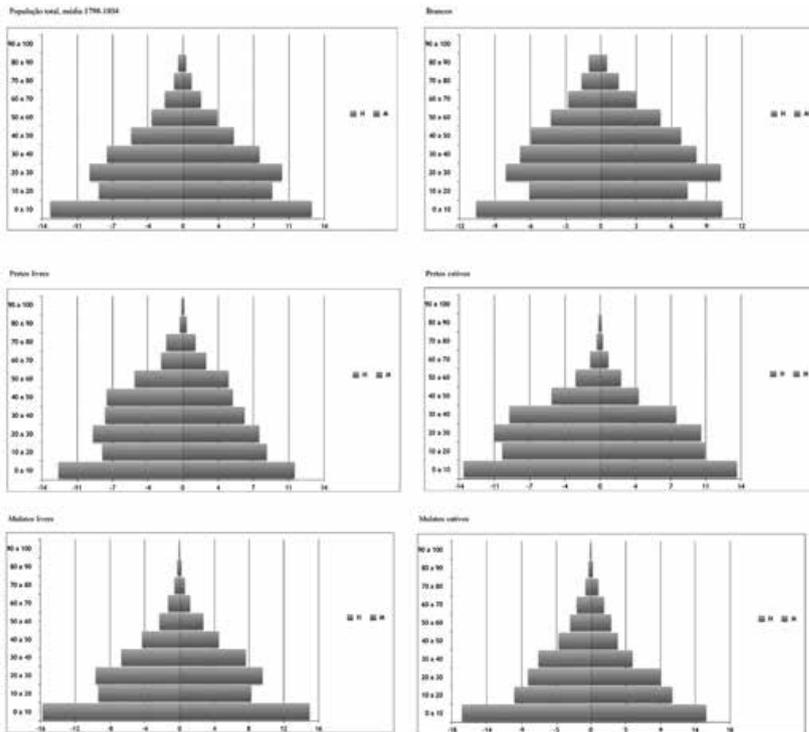
um possível crescimento natural da população cativa. Quanto à amostra do Maranhão, de 1774, o percentual desta faixa etária correspondia a 27 % de indivíduos. Entretanto, devido à mudança dos elementos constitutivos dos mapas estatísticos, a partir de 1798, os dados referentes à capitania do Maranhão apresentam uma divisão quinquenal e decenal dos grupos etários. Desse modo, somente para fins de cotejo, observamos em 1798, um percentual de 10 % da população cativa na faixa de 0-5 anos para o Maranhão.

Capitanias	Distribuição etária masculina				Distribuição etária feminina			
	1-7	7-15	15-60	60+	1-7	7-14	14-50	50+
Pará								
1774	1139	975	4796	396	1101	581	2616	275
1785	1496	1267	5534	323	1348	867	3168	1075
1797	2869	1578	6682	284	1550	1227	5122	243
Rio Negro								
1774	17	16	73	4	24	12	71	5
1785	47	25	138	1	58	19	108	1
1797	177	49	156	3	69	31	143	8
1814	33	82	244	22	50	55	216	27
Maranhão								
1774	2251	1206	5062	556	2326	1152	3690	694

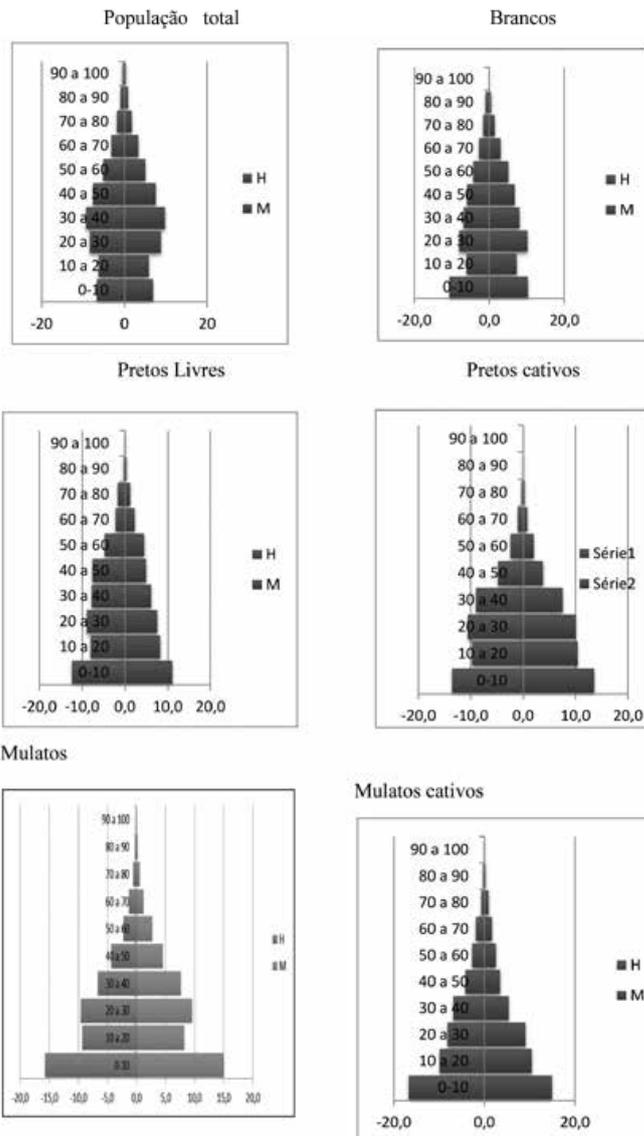
7.4. Distribuição etária por sexo — População cativa por capitanias

As categorias raciais de «preto» e «mulato» representam uma dificuldade quando se quer analisar as capitanias no conjunto, visto não existirem estas categorias na série nos mapas gerais do Pará e Rio Negro, cuja divisão é apenas entre livres, índios e escravos³⁷. Pelo contrário, para o Maranhão, tais categorias constam nos mapas a partir de 1798. Apresentam-se seguidamente os gráficos respeitantes ao gênero e raça para melhor visualização da distribuição dos efectivos no Maranhão entre 1798 e 1804.

³⁷ Localizamos alguns mapas parciais com estes dados para a capitania do Pará datados de 1803. Contudo, os mapas gerais da capitania ainda se encontram desaparecidos. Sendo por ora impossível uma análise comparativa. AHU, *Conselho Ultramarino*, Pará, Cx. 133, doc. 10131 (Ofício do governador D. Marcos de Noronha e Brito, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. João Rodrigues de Sá e Melo, Pará, 18 de março de 1805).



8 População Maranhão, média 1798-1804



Considerações finais

O desafio em examinar comparativamente um espaço geográfico complexo e dissemilhante, como o Estado do Grão-Pará e Maranhão, proporcionou-nos resultados que superaram nossas expectativas iniciais. A análise dos diversos censos populacionais ordenados pela Coroa no período de 1774-1821 indicaram que a evolução da população do Estado, até a década de 1780, acompanhou as taxas de crescimento anuais estimadas para o Brasil, situando-se a TCA em 1,8 %. Contudo, observou-se que este indicador ficou bem acima no período de 1797-1814, quando alcançou 3,3 %. Tal incremento de seus habitantes pode ser melhor apreendido quando se observam as capitanias em separado, que apresentam ritmos distintos entre si. Assim, enquanto os dados sinalizam um forte crescimento populacional para as capitanias do Maranhão e Pará, as demais subordinadas crescem mais suavemente.

No que se refere à composição social do Estado, consideramos que a população não pode ser compreendida somente pela sua condição jurídica (livres e não livres), uma vez que o elemento indígena teve uma participação significativa na composição destes espaços. Portanto, a composição social levou em consideração livres, cativos e índios. Desta feita, na análise comparativa, foi observado que, no Rio Negro, onde o índio teve presença majoritária em todo o período analisado, houve crescimento gradativo da população livre, mas que não ultrapassou os 20 % de seu efetivo. No Pará, a composição social demonstrou um equilíbrio entre as categorias, ainda que se verifique um aumento no componente cativo, compatível com a nova dinâmica do tráfico negreiro para a região. Nota-se que a população livre e, principalmente, a indígena possuem um peso considerável na composição social da capitania. No Maranhão, o peso proporcional da componente indígena diminuiu, entre 1774 e 1821, enquanto o elemento cativo aumenta a sua representatividade.

O perfil social no Maranhão fica mais claro na série de 1798-1804, quando é possível observar o declínio do elemento branco (30,77 % e 15,72, em 1798 e 1821, respectivamente) enquanto os «pretos» aumentam cerca de 17 % em igual período. Os mestiços, arrolados apenas por «mulatos» em 1821 correspondem a 20,76 % da população, indicando claramente a mudança da composição da sociedade maranhense.

No que diz respeito à relação de masculinidade observou-se inicialmente que todas as capitanias estavam acima de 100, ou seja com um predomínio de homens. Todavia, no final do século XVIII, a tendência foi levemente declinante para o Rio Negro e Pará, mantendo-se em crescimento, porém,

a do Maranhão, que atingiu 118,12. Quando observada a relação de masculinidade de acordo com as categorias sociais, fica evidente que a taxa foi menor entre os índios em todas as capitâneas, permanecendo, na maioria dos casos, por volta dos 90. Pelo contrário a relação de masculinidade dos escravos foi muito mais elevada, estando em média acima dos 130. Esta realidade atesta a forte implantação do elemento escravo na economia de plantação brasileira.

A faixa etária da população do Estado, no seu todo, tende para uma concentração na fase adulta apta ao trabalho, com peso maior para o sexo masculino, oscilando por volta dos 50 % da população. Entretanto, não é desprezível o contingente juvenil da estrutura o que sinaliza a sua capacidade reprodutiva, aspecto que ainda carece de mais estudos.

Por fim, é importante destacar que os resultados aqui apresentados, sistematizados a partir de diversas fontes primárias, na sua maioria inéditas, desempenham um acréscimo de conhecimento da demografia do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Não somente por delinear um perfil mais consistente da população da região até agora pouco explorado, mas, sobretudo, por apontar dados empíricos mais consolidados sobre os cálculos populacionais. Estes servirão certamente de referência a novas pesquisas, substituindo alguns ensaios locais, cujas informações eram, muitas das vezes, imprecisas ou superestimadas.

Anexo

Quadro 1 Fontes demográficas do Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1773-1821

Rio Negro	Fontes	Sexo	Raça	Condição jurídica	Número de almas	Nascimento e mortes	Idade	Estado civil	obs
1773	A1	x		x	x		x		
1774	A2	x		x	x	x	x		
1775	A3	x		x	x	x	x		
1776	A4	x		x	x	x	x		
1777	A5	x		x	x	x	x		
1778	A6	x		x	x	x	x		
1779	A6	x		x	x	x	x		
1783	A7	x		x	x	x	x		
1785	A8	x		x	x	x	x		
1786	A8	x		x	x	x	x		
1791	A9	x			x		x		Somente índios
1792	A9	x			x		x		Somente índios
1793	A9	x			x		x		Somente índios
1794	A9	x			x		x		Somente índios
1795	A10	x		x	x	x	x		
1797	A11	x	x		x	x	x		
1814	A12	x		x	x		x		

Pará	Fontes	Sexo	Raça	Condição jurídica	Número de almas	Nascimento e mortes	Idade	Estado civil	obs
1773	A2	x		x	x		x		
1774	A2	x		x	x	x	x		
1775	A3	x		x	x	x	x		
1776	A4	x		x	x	x	x		
1777	A5	x		x	x	x	x		
1778	B1	x	x	x	x		x	x	
1778	A6	x		x	x	x	x		
1779	A6	x		x	x	x	x		
1783	A7	x		x	x	x	x		
1784	B2	x			x				Somente índios
1785	B3	x		x	x	x	x		
1788	B4	x		x	x		x		
1789	B4	x		x	x		x		
1791	A10	x			x		x		Somente índios
1792	A10	x			x	x	x		Somente índios

Fontes demográficas do Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1773–1821 (continuação)

1793	A10	x			x	x	x	Somente índios
1794	A10	x			x	x	x	Somente índios
1797	B5	x	x		x	x	x	
1806	B6			x	x			
1816	B7				x			

Maranhão	Fontes	Sexo	Raça	Condição jurídica	Número de almas	Nascimento e mortes	Idade	Estado civil	obs
1774	A2	x	x		x	x	x		
1777	C1	x			x	x	x		
1787	C2	x	x		x	x	x		
1798	C3	x	x		x	x	x	x	
1798	C4	x			x	x	x		Somente índios
1799	C5	x			x	x	x		Somente índios
1800	C6	x	x		x	x	x	x	
1801	C7	x			x	x	x		Somente índios
1801	C7	x	x		x	x	x	x	
1802	C7	x	x		x	x	x	x	
1804	C8	x	x		x		x	x	
1804	C9	x			x	x	x		Somente índios
1814	C10				x				
1821	C11	x	x		x	x	x	x	
Piauí									
1772	D1	x			x		x		
1774	A2	x	x		x	x	x		
1777	C1	x			x	x	x		
1787	C2	x	x		x	x	x		

Fontes utilizadas nas tabelas e nos gráficos

- A1 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1, 1, 3, fl. 334v e 335v.
A2 Arquivo Histórico Ultramarino, avulsos Pará, Cx. 72, doc. 6100.
A3 Arquivo Histórico Ultramarino, avulsos Pará, Cx. 74, doc. 6252.
A4 Arquivo Histórico Ultramarino, avulsos Pará, Cx. 74, doc. 6256.
A5 Arquivo Histórico Ultramarino, avulsos Pará, Cx. 76, doc. 6368.
A6 Arquivo Histórico Ultramarino, avulsos Pará, Cx. 85, doc. 6940.
A7 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 6,1,6.
A8 Arquivo Histórico Ultramarino, avulsos Rio Negro, Cx. 11, D. 445.
A9 Biblioteca Municipal do Porto, pasta 24.
A10 Biblioteca Nacional/Rio de Janeiro, I-17, 12, 002.
A11 Arquivo Nacional/Rio de Janeiro, códice 99, vol. 19, fl. 252.
A12 J. P. von Spix e C.F. P. Von Martius, Viagem pelo Brasil, pp. 38–9.

- B1 Arquivo Histórico Ultramarino, avulsos Pará, Cx. 84, doc. 6918.
- B2 Arquivo Nacional/Rio de Janeiro, códice 99, vol. 6, fl. 20.
- B3 Arquivo Histórico Ultramarino, avulsos Pará, cx. 94, doc. 7509.
- B4 Arquivo Nacional/Rio de Janeiro, códice 99, vol. 12, fl.109-110.
- B5 Biblioteca Nacional/Rio de Janeiro, códice 99, vol. 19, fl. 50.
- B6 Biblioteca Nacional/Rio de Janeiro, I-29,, 20, 2 n.º 36.
- B7 Biblioteca Nacional/Rio de Janeiro, I-31, 30, 37.
- C1 Arquivo Histórico Ultramarino, avulsos Maranhão, Cx. 52, doc. 5014.
- C2 Biblioteca Nacional/Rio de Janeiro, ARC.023,04,013on.
- C3 Arquivo Histórico Ultramarino, avulsos Maranhão, Cx. 104, doc. 8313.
- C4 Biblioteca Nacional/Rio de Janeiro, I-7, 4, 30.
- C5 Biblioteca Nacional/Rio de Janeiro, I-17, 12, 4, n.º 21.
- C6 Arquivo Histórico Ultramarino, avulsos Maranhão, Cx. 118, doc. 9101.
- C7 Arquivo Histórico Ultramarino, avulsos Maranhão, Cx. 125, doc. 9416.
- C8 Arquivo Histórico Ultramarino, avulsos Maranhão, Cx. 142, doc. 10 301.
- C9 Arquivo Histórico Ultramarino, avulsos Maranhão, Cx. 142, doc. 10 303.
- C10 Joaquim Norberto de Souza e Silva, Relatório do Império de 1869, p. 30.
- C11 Antônio Bernardino Pereira do Lago, Estatística Histórico-geográfica da Província do Maranhão, pp. 86-9.
- D1 Arquivo Histórico Ultramarino, avulsos Piauí, Cx. 12, doc. 685.

Fontes Manuscritas

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO [AHU]

Conselho Ultramarino, Maranhão, Cx. 52, doc. 5014; Cx. 104, doc. 8313; Cx. 118, doc. 9101; Cx. 125, doc. 9416; Cx. 142, docs. 10 301 e 10 303. Pará, Cx. 21, doc. 1094; Cx. 70, doc. 6002; Cx. 72, doc. 6100; Cx. 74, docs. 6252 e 6256; Cx. 76, docs. 6355, 6368; Cx. 84, doc. 6918; Cx. 85, doc. 6940; Cx. 94, doc. 7509; Cx. 125, doc. 9416; Cx. 133, doc. 1013. Piauí, Cx. 12, doc. 685. Rio Negro, Cx. 11, doc. 445

ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO [AN/RJ]

Cód. 99, vol. 6, fl. 20; vol. 12, fs. 109–110; vol. 19.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DO PORTO [BMP]

Pasta 24.

BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO [BN/RJ]

ARC.023,04,013on.

I–7, 4, 30.

I–17, 12, 002.

I–17, 12, 4, n.º 21.

I–29, 20, 2 n.º 36.

I–31, 30, 37.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO [IHGB]

1, 1, 3, fl. 334v e 335v.

6, 1, 6.

Fontes Impressas e Bibliografia

ALMEIDA, Maria Regina Celestino, *Os Vassallos d'El Rey nos Confins da Amazônia — A Colonização da Amazônia Ocidental — 1750–1798*, dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1990.

ALONSO, José Luís Ruiz Peinado, «daquele péssimo mocambo» in Rafael Chambouleyron (org.), *T(r)ópico de história: gente, espaço, tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*, Belém, Editora Açaí, 2010, pp. 117–41.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, SCOTT, Ana Silva Volpi, BASSANEZI, Maria Sílvia Casagrande Beozzo, «Quarenta anos de demografia histórica», *Revista brasileira de estudos de população*, São Paulo, vol. 22, n.º 2, (2005), pp. 339–50.

BARBOSA, Francisco Benedito da Costa, «Relações de Produção na Agricultura: algodão no Maranhão (1760 a 1888) e café em São Paulo (1886 a 1929)», *Revista Agricultura São Paulo*, São Paulo, vol. 52, n.º 2, (2005), pp. 17–27.

BEZERRA NETO, José Maia, *Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)*, [2.ª ed. rev. amp.], Belém, Paka-tatu, 2012.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues, «História da população brasileira: balanços e perspectivas» *Cadernos de História*, vol. 6, n.º 7 (2001), p. 30–48.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues, «Estimativas de população para o Brasil, séculos XVIII e XIX», *V Jornadas Uruguaias de História Econômica*, Montevideu, 2011, pp. 1–16.

CARREIRA, António, *As Companhias Pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, Lisboa, Editorial Presença, 1982.

- CHAMBOULEYRON, Rafael, *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*, Belém, Editora Açai, 2010.
- DIAS, Manuel Nunes, *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*, São Paulo, USP, 1971.
- DOMINGUES, Ângela, *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil durante a segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- KLEIN, Herbert, LUNA, Francisco Vidal, «Slavery and the Economy in Eighteenth Century» in Herbert Klein e Francisco Vidal Luna (ed.), *Slavery in Brazil*, Cambridge University Press, 2010.
- LAGO, Antônio Bernardino Pereira do, *Estatística Histórico-geográfica da Província do Maranhão*, São Paulo, Editora Siciliano, 2001.
- MATOS, Paulo Teodoro de, «Population censuses in the Portuguese empire, 1750-1820: Research notes», *Romanian Journal of Population Studies*, vol. VII, n.º 1 (2013), pp. 5-26.
- MATOS, Paulo Teodoro de, SOUSA, Paulo Silveira e, «A estatística da população na América portuguesa, 1750-1820», *Memórias*, Barranquilla, ano 11, n.º 25, (2015), pp. 73-103.
- MATTOS, Yllan de, «Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 21 de dezembro de 1686: comentário», *Revista 7 Mares*, vol. 1 (2012), p. 112-23.
- MARTINS, Roberta Sauaia, «Do Sarampão as perniciosíssimas bexigas: Epidemias no Grão-Pará Setecentista (1748-1800)», *XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*, São Pedro/SP — Brasil, 2014.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo, *Espelhos partidos. Etnia, legislação e desigualdade na colônia*, Manaus, Edua/Fapeam, 2012.
- SANTOS, Fabiano Vilaça dos, *O governo das conquistas do Norte*, São Paulo, Annablume, 2011.
- SANTOS, Roberto, *História econômica da Amazônia (1800-1920)*, São Paulo, T. A. Queirós, 1980.
- SILVA, Daniel Barros Domingues, «The Atlantic Slave Trade to Maranhão, 1680-1846», *Routes and Organisation. Slavery & Abolition*, vol. 29 (2008), p. 477-501.
- SILVA, Marley Antônia Silva da, *A extinção da Companhia de Comércio e o tráfico de africanos para o Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1777-1815)*, dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, 2012.
- SILVEIRA, Patrícia Kauffmann Fidalgo Cardoso da, FREIRE, Tarantini Pereira, «O tráfico transatlântico de escravos para o Maranhão: organização e distinções (séculos XVII-XVIII)», *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial*, Belém (Brasil), 2012.
- SILVA, Joaquim Norberto de Souza e, «Investigação sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje; Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil» in *Brasil. Ministério do Império*, Relatório do ano de 1869 apresentado a Assembléa Geral Legislativa na 2.ª sessão da 14 legislatura, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1870.
- SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von, *Viagem pelo Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938.
- TORRES, Simeci Maria, «Definindo fronteiras lusas na Amazônia colonial: o Tratado de Santo Ildefonso (1777-1790)» in Patrícia Melo Sampaio, Regina de Carvalho Erthal (org.), *Rastros da Memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia*, Manaus, EDUA, 2006, pp. 96-132.